



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Processo: nº 9.170/2017- e (g).
Jurisdicionado: BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A.
Assunto: Representação.
Ementa: Representação formulada pela empresa CCA Comunicação e Propaganda Ltda., com pedido de cautelar, sobre possíveis irregularidades na condução da Concorrência nº 002/2016 da BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., cujo objeto é a contratação de serviços de publicidade e propaganda.
. Despacho Singular nº 126/2017-GCRR: conhecimento da Representação e concessão de prazo para manifestação da Jurisdicionada. Decisão nº 2.169/2017: concessão de medida cautelar e oitiva da empresa C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda. Decisão nº 2.440/2017: não conhecimento do Agravo. Decisão nº 3.925/2017: negativa de provimento ao Recurso Inominado interposto pela jurisdicionada. Manifestação da empresa CCZ Publicidade e Marketing Ltda.
. Nesta fase: análise do mérito da representação em conjunto com a manifestação da empresa CCZ Publicidade e Marketing Ltda.
. A SEACOMP conclui pela procedência parcial da Representação e determinação à Jurisdicionada no sentido de anular o resultado da Primeira Sessão da Concorrência Pública nº 002/2016, ante a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.
. O Ministério Público de Contas aquiesce às sugestões da Instrução.
. VOTO convergente.

RELATÓRIO

Trata-se da Representação formulada pela sociedade empresária **CCA Comunicação e Propaganda Ltda.** (peça 3), com pedido de cautelar, sobre possíveis irregularidades na condução da Concorrência nº 002/2016, da **BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A**, cujo objeto é a contratação de serviços de publicidade e propaganda.

A Representante apresenta as seguintes alegações, na forma sintetizada pela Unidade Técnica:

"a) Violação ao item 8.6 do edital pela primeira



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

proposta classificada. Apresentação de mídia identificada no Envelope 1;

b) Violação ao item 10.5, alínea "c" do edital pela primeira proposta classificada. Inobservância às regras de apresentação do Invólucro nº 1;

c) Violação ao briefing previsto no edital;

d) Apresentação de peça em formato diferente do exigido no Manual da Identidade Visual da Marca do BRB."

Mediante Despacho Singular nº 126/2017-CRR (peça 7), conheci da Representação em tela, concedendo prazo para manifestação da Jurisdicionada.

Por intermédio do Ofício nº 007/2017 (peça 12), o Diretor-Presidente da **BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A** encaminhou os esclarecimentos solicitados.

As informações apresentadas pela Jurisdicionada foram objeto da análise consubstanciada na Informação nº 78/2017, da Secretaria de Acompanhamento – SEACOMP (peça 19), que concluiu pela procedência parcial da Representação e por determinação à Jurisdicionada no sentido de adotar as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei.

Na Sessão Ordinária 11/05/2017, tendo em conta o exame realizado pela Secretaria de Acompanhamento – SEACOMP, apresentei Voto acompanhando as conclusões da Unidade Técnica, no sentido de considerar procedentes apenas as alegações relativas à violação do item 10.5, alínea "c" do edital.

Todavia, considerando que a empresa **C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda.**, vencedora do certame, foi mencionada na Representação em tela, sugeri ao egrégio Plenário que, preliminarmente, determinasse a suspensão cautelar do certame e autorizasse o chamamento da citada empresa, para manifestação acerca dos fatos narrados na exordial, resultando na Decisão nº 2.169/2017 (peça 22).

Nas fases seguintes, conforme as Decisões nº 2.440/2017 e 3.925/2017 (peças 30 e 58), este Plenário negou seguimento ao Agravo e ao Recurso Inominado interpostos pela Jurisdicionada.

A empresa **C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda.** remeteu a esta Casa os esclarecimentos que entendeu pertinentes acerca dos fatos narrados na exordial (peça 48).

Após examinar a manifestação da empresa, nos termos da Informação nº 150/2017 (peça 64), a SEACOMP reafirmou seu entendimento pela procedência parcial da Representação e por determinação à Jurisdicionada no sentido de anular o resultado da Primeira Sessão da Concorrência Pública nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

002/2016, ante a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, tecendo a respeito as seguintes considerações:

"DOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS PELA C.C.Z. PUBLICIDADE E MARKETING LTDA. (peça 48)

11. Inicialmente a empresa apresenta uma síntese da representação ofertada pela CCA Comunicação e Propaganda Ltda. (fls. 1/2).

12. A seguir, alega que os argumentos elencados na exordial "são de total improcedência e, mais do que isso, de evidente má-fé" (fl. 2).

13. Ressalta que a pretensão da Representante em impedir a continuidade e a finalização do certame foi obstada pelo Poder Judiciário, conforme decisão proferida pela Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, em mandado de segurança impetrado pela mesma.

14. Argui que, não tendo sido sua pretensão acolhida pelo Judiciário, a CCA intenta, "com os mesmos e infundados argumentos, representação perante este Tribunal de Contas do Distrito Federal, obtendo, ainda que de forma provisória, a suspensão do certame, com evidente prejuízo à BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. e a esta peticionária, vencedora do certame" (fl. 2).

15. Refuta, então, cada argumento utilizado pela Representante, na seguinte linha (fls. 2/8):

- Apresentação de mídia identificada no Envelope 1 (Violação ao item 8.6 do edital pela primeira proposta classificada):

- a) "como é bastante sabido de qualquer agência de publicidade, que trabalha com comunicação e, portanto, com conhecimentos técnicos na área digital", a identificação de mídia (apresentada pela ora peticionária) como "Track01" refere-se à denominação de ordem técnica, gerada automaticamente pelo sistema operacional Windows, sem que o usuário do sistema tenha qualquer possibilidade de alteração dessa nomenclatura quando da gravação do arquivo de áudio;

- b) tal como disposto na Lei nº 12.232/2010, assim como no item 8.6 do edital de licitação, de forma a preservar o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária, o invólucro 1 não poderia ter qualquer elemento que possibilitasse a



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

identificação da licitante;

c) na decisão do Mandado de Segurança impetrado pela CCA¹, entendeu o MM. Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal que a denominação de arquivo "Track 01" – usual no sistema operacional Windows, não seria suficiente para identificar a licitante;

• Violação ao item 10.5, alínea "c", do edital pela primeira proposta classificada: (grifei)

a) a C.C.Z. só utilizou páginas no formato A3 no item "Estratégia de Mídia e Não Mídia", a qual não possuía limitação de páginas, nos exatos termos descritos nos itens 10.7, 10.8 e 10.13 do edital;

b) em hipótese alguma a C.C.Z. utilizou folhas no formato A3 em quaisquer dos 3 (três) primeiros itens do caderno em questão (Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária e Ideia Criativa), os quais obedeceram fielmente ao edital, quanto ao número limite de 8 (oito) páginas;

c) a existência de folha dupla (formato A3) na via não identificada da Proposta Técnica, não tem o condão de identificar o proponente, até porque, quando utilizado, esse formato estava em absoluta conformidade com o edital;

d) como é sabido, a identificação de proponentes nas vias não identificadas ocorrem, usualmente, quando a proponente, por falha na elaboração de sua Proposta Técnica, indica sua denominação social, ou nome fantasia, ou sua logomarca;

e) como destacou a Comissão de Licitação, o julgamento foi pautado nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla concorrência, motivo porque, eventuais pequenas irregularidades não tem o condão de causar prejuízo a quem quer que seja (licitantes e ou administração pública) e

¹ Processo TJDFT nº 0702505-04.2017.8.07.0018.

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de LIMINAR impetrado por CCA COMUNICAÇÃO E PROPAGANDA LTDA, em face de ato do PRESIDENTE DA COMISSÃO CENTRAL PERMANENTE DE LICITAÇÃO e do DIRETOR DE CONTROLADORIA, ADMINISTRAÇÃO E TECNOLOGIA, BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS E C.C. Z PUBLICIDADE E MARKETING LTDA, requerendo a suspensão da Concorrência nº. 002/2016, tendo como objeto a contratação de serviços de publicidade para a BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A, cujo valor da licitação é orçado em R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) até apreciação final, conforme ID nº. 6039358.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

motivar uma desclassificação;

f) os princípios gerais da Administração Pública constantes do caput do artigo 37 da Constituição Federal não eliminam outros princípios gerais de direito, tais como o princípio da supremacia do interesse público, o princípio da finalidade e princípio da razoabilidade;

g) os princípios que regem a Administração indicam que o poder público está obrigado a mostrar correspondência de seus atos com a ideia de coerência, racionalidade e sensatez, de modo simples e objetivo. Portanto, consiste que a Administração haja com bom senso, prudência, moderação, tome atitudes adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvem a prática do ato e, em especial, a obtenção das condições mais vantajosas (seja sob o aspecto técnico e de conteúdo do serviço contratado, seja sob o aspecto financeiro);

h) no caso em tela, a vantajosidade é refletida na pontuação da Proposta Técnica mais qualificada, que foi a da C.C.Z., ora manifestante. Ou seja, a vantajosidade decorre em contratar a empresa melhor qualificada;

- *Violação ao briefing previsto no edital:*

a) a C.C.Z. atendeu integralmente as disposições do citado briefing;

b) ainda que não tivesse atendido integralmente, certo é que eventual desatendimento não tem o condão de desclassificar a proponente, mas sim, refletir apenas na pontuação a ser aplicada ao referido item;

c) pela leitura dos itens 10.17 e 10.25, observa-se que o não atendimento pleno do briefing não caracteriza critério de desclassificação da licitante;

d) o que o instrumento convocatório determina é que o Plano de Comunicação deve ser elaborado "com base no briefing", ou seja, deve decorrer do briefing, mas sem



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

engessar o desenvolvimento criativo e técnico;

e) decisão judicial exarada no bojo do Processo TJDFT nº 0704665-56.2017.8.07.0000 corrobora seus argumentos;

• Apresentação de peça em formato diferente do exigido no Manual da Identidade Visual da Marca do BRB:

a) todas as peças criadas pela C.C.Z. seguem, de forma inequívoca, o Manual citado no edital;

b) se por algum entendimento exclusivo dos julgadores houvesse qualquer irregularidade nessa utilização, o correto seria a aplicação de descontos na nota da licitante, mas não sua desclassificação;

c) a aplicação da marca não integra os critérios de avaliação das peças submetidas pelas licitantes, conforme preleciona o item 11.6 do instrumento convocatório.

16. Por fim, a empresa invoca os princípios da supremacia do interesse público, da finalidade e da razoabilidade e requer "seja tida como improcedente a Representação formulada pela CCA Comunicação e Propaganda Ltda., com o consequente arquivamento do feito e liberação da BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. para executar o contrato administrativo já firmado" (fl. 8).

17. Anexo ao expediente consta instrumento com a quarta alteração de contrato social da empresa C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda. (fls. 9/18).

DA ANÁLISE

18. Inicialmente cabe ressaltar que a análise técnica consignada na Informação nº 78/2017 - 1ª DIACOMP/SEACOMP (peça 19) concluiu pela improcedência dos pontos da representação concernentes à possível violação ao item 8.6 do edital (apresentação de mídia identificada no Envelope 1), ao briefing e ao Manual de Identidade Visual da Marca do BRB (§ 5), entendimento este que foi acolhido pelo Conselheiro Relator, conforme externado no voto condutor da Decisão nº 2.169/2017 (peça 21):

(...)

19. À vista disso, desnecessária a apresentação de novas considerações acerca desses três pontos da representação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

20. No que tange à impropriedade relacionada à violação do item 10.5, alínea "c" do edital, há de se destacar que os indícios apontados pela representante, apesar de carecerem de maior primor na descrição dos fatos, serviram para direcionar a fiscalização do controle externo. Assim, mediante exame técnico aprofundado, constatou-se que diversas propostas infringiram itens editalícios e dispositivos da Lei nº 12.232/2010², sem que com isso tivessem sido desclassificadas do procedimento licitatório. É o que se compreende da análise reproduzida a seguir:

- Informação nº 78/2017 – 1ª DIACOMP/SEACOMP – peça 19

35. A CCA Comunicação e Propaganda Ltda. argumentou que a irregularidade relativa à violação do item 10.5, alínea "c", do edital de Concorrência Pública nº 002/2016, apesar de estar consignada no Relatório de Justificativas – Invólucro nº 1, elaborado pela Subcomissão Técnica, e na Ata de Reunião da 1ª Sessão Pública relativa ao certame, não ensejou a desclassificação da empresa C.C.Z Publicidade e Marketing Ltda.

36. Aduziu que o argumento ofertado quando do julgamento do seu recurso administrativo não condiz com a realidade dos fatos:

À vista do argumento levantado pela parte Recorrente no que tange a violação do item 10.5 alínea "c" do edital, restou claro na 1ª Sessão Pública que dentre as 11 agências participantes do certame, apenas um invólucro com via não identificada cumpriu o requisito disposto no Edital. Nesse sentido, foi adotado pela referida Subcomissão Técnica, visando a melhor concorrência no certame, à classificação dos 11 licitantes em prol dos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade do julgamento. (Parecer nº 2017/023 – DECISÃO EM RECURSO ADMINISTRATIVO, fl. 475 da peça 12, grifo original)

37. Salientou que não há no edital ou mesmo na legislação dispositivo que permita à Comissão Permanente de Licitação ou à Subcomissão Técnica

² Arts. 6º, incisos VI e XIV, e 11, § 4º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010 e itens 11.18, alínea "a", 18.1, 18.6 e 18.25 do edital de Concorrência Pública nº 002/2016.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

desconsiderar uma violação ao edital sob o argumento de que as demais licitantes também o teriam feito.

38. Asseverou que houve afronta expressa ao disposto no art. 6º, inciso VI, da Lei nº 12.232/2010:

Art. 6º [...] VI - o julgamento das propostas técnicas e de preços e o julgamento final do certame serão realizados exclusivamente com base nos critérios especificados no instrumento convocatório;

39. A BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., por sua vez, transcreveu excerto da ata da 1ª sessão pública, no qual os representantes das licitantes alegaram que "uma via não identificada possui paginação dupla nas páginas A3, o que pode permitir a via ser identificada" e colacionou reanálise da ST, já reproduzida no § 36.

40. Juntou aos autos as cópias da paginação do Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária que compõem os Planos de Comunicação Publicitária - via não identificada de todas as agências licitantes no intuito de demonstrar a não ocorrência de violação ao edital.

41. Justificou ainda que o julgamento foi pautado nos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e ampla concorrência.

42. Quanto a este ponto de irregularidade, vale destacar que o relatório da Subcomissão Técnica trouxe a seguinte observação, fl. 245 da peça 12:

Relatório de Justificativas - Invólucro nº 1

Empresa K

[...]

Observações relevantes: O material apresentado está em desacordo com o item 10.5, alínea 'c' do Edital.

43. O resultado do julgamento técnico acima transcrito é evidente: houve descumprimento do critério especificado no item 10.5, alínea "c"



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

do edital.

44. A despeito da observação de irregularidade consignada no Relatório de Justificativas - Invólucro nº 1, a Comissão Permanente de Licitação nada registrou a respeito na Ata de Reunião, fls. 170/173, possibilitando o prosseguimento do certame com a classificação da proposta apresentada pela C.C.Z. (Agência "K").

45. Cabe ainda destacar o argumento ofertado pela Comissão Permanente de Licitação quando da análise de mérito da impugnação administrativa:

À vista do argumento levantado pela parte Recorrente no que tange a violação do item 10.5 alínea "c" do edital, restou claro na 1ª Sessão Pública que dentre as 11 agências participantes do certame, apenas um invólucro com via não identificada cumpriu o requisito disposto no Edital. Nesse sentido, foi adotado pela referida Subcomissão Técnica, visando a melhor concorrência no certame, à classificação dos 11 licitantes em prol dos parâmetros da razoabilidade e da proporcionalidade do julgamento.

Inobstante a isso, cumpre observar que manter a classificação de todos os licitantes ante a contratação de serviço de publicidade nos ditames da Lei n.º 12.232/10 trata-se de uma decisão pautada, na ampla concorrência do certame, na razoabilidade e proporcionalidade, razão pela qual não prospera o referido argumento.

46. Não consta dos autos documento que corrobore a afirmação de que "dentre as 11 agências participantes do certame, apenas um invólucro com via não identificada cumpriu o requisito disposto no Edital". Pelo contrário, do Relatório de Justificativas - Invólucro nº 1, pode-se extrair os seguintes registros:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Indicação na via não identificada	Licitante	Registro
Empresa A	Fields Comunicação Ltda.	Em cumprimento ao item 10.4, a Subcomissão identificou o uso de negrito. A licitante também está em desacordo com o item 10.27 do Edital.
Empresa B	Agência Plá de Comunicação e Eventos Ltda.	Em observância ao item 10.4 do Edital, a subcomissão identificou a utilização de negritos.
Empresa C	Área Comunicação Propaganda e Marketing Ltda.	O material apresentado pela empresa está em desacordo com os itens 10.4 e 10.9 do Edital.
Empresa D	Sabbre Agência de Comunicação e Marketing Ltda.	Descumprimento dos itens 10.4, 10.9 e 10.11 do Edital.
Empresa E	SLA Propaganda Ltda.	Descumpriu os itens 10.4, alínea 'h', 10.5, alínea 'c', e 10.28 do Edital.
Empresa F	Fórmula Comunicação Ltda. – EPP	O material apresentado está em desacordo com o item 10.5, alínea 'c', do Edital.
Empresa G	CCA Comunicação e Propaganda Ltda.	Não houve registro.
Empresa H	Binder+FC Comunicação Ltda.	Não houve registro.
Empresa I	Faro Brasil Propaganda Ltda. (AZE/FBR)	Não houve registros.
Empresa J	Fazenda Comunicação e Marketing Eireli	Na Ideia Criativa foram apresentadas 14 peças, mas relatadas 15.
Empresa K	C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda.	O material apresentado está em desacordo com o item 10.5, alínea 'c' do Edital.

Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados de fls. 185 e 235/245 [peça 12].

47. Do quadro acima, verifica-se que diversas propostas violaram disposições editalícias, sem que com isso tivessem sido desclassificadas.

48. É o que se depreende do Resultado da 2ª Sessão Pública da Concorrência nº 002/2016, publicado à pág. 34 do DODF nº 37, de 21.02.2017, nos seguintes termos:

BRB ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S.A.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

RESULTADO DA 2ª SESSÃO PÚBLICA DA



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

CONCORRÊNCIA Nº 002/2016.

A Comissão Permanente de Licitação, em observância ao disposto no item 18.28, alínea "e" do edital, torna público o resultado do julgamento geral das Propostas Técnicas, em ordem decrescente de pontuação, abrindo-se prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição de recurso, conforme disposto no art. 109, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93.

Licitantes classificadas para a etapa seguinte do certame:

Nome das Licitantes Classificadas	Nota Final
CCZ PUBLICIDADE E MARKETING LTDA.	91,83
CCA Comunicação e Propaganda LTDA.	90,47
SLA PROPAGANDA LTDA.	83,46
AGÊNCIA PLÁ DE COMUNICAÇÃO E EVENTOS LTDA.	78,80
FIELDS COMUNICAÇÃO LTDA.	72,73

Licitantes **desclassificadas por não terem alcançado a nota mínima** de 70 (setenta) pontos, prevista na alínea "b" do item 11.18 do Edital:

Nome das Licitantes Desclassificadas	Nota Final
BINDER+FC COMUNICAÇÃO LTDA.	68,50
FARO BRASIL PROPAGANDA LTDA.	66,40
FAZENDA COMUNICAÇÃO E MARKETING EIRELI.	61,90
FÓRMULA COMUNICAÇÃO LTDA - EPP	56,67
ÁREA COMUNICAÇÃO PROPAGANDA E MARKETING LTDA.	43,06
SABBRE AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.	33,90

WELLINGTON FERREIRA DA SILVA JUNIOR

Presidente

49. Do trecho destacado acima, verifica-se que o critério de classificação/desclassificação considerou somente a pontuação obtida pelas licitantes, conforme disposto no item 11.18, alínea "b", do edital:

11.18. Será desclassificada a Proposta que:

- a) não atender às exigências do presente Edital e de seus Anexos;
- b) **não alcançar, no total, a nota mínima de 70 (setenta) pontos;**

50. Não merece prosperar o argumento da CPL de que a decisão de manter a classificação de todas



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

as licitantes foi "pautada na ampla concorrência do certame, na razoabilidade e proporcionalidade", pois houve violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e a inobservância de itens editalícios e da Lei nº 12.232/2010 que assim dispõem:

- Edital de Concorrência Pública nº 002/2016:

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

11.18. Será desclassificada a Proposta que:

a) não atender às exigências do presente Edital e de seus Anexos;

18 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

18.1. Serão realizadas 04 (quatro) sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais **serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro**, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes dos licitantes presentes.

[...]

18.6. O julgamento das Propostas Técnicas e de Preço e o julgamento final deste certame **serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.**

[...]

Primeira Sessão

18.25. **Se alguma Proposta Técnica for desclassificada com base na alínea 'a' do item 11.18 deste Edital**, a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito ou subquesito da Proposta, conforme as regras previstas neste Edital, e lançará sua pontuação em planilhas **que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.**

- Lei nº 12.232/2010, que dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda:

Art. 6º [...] VI - o julgamento das propostas técnicas e de preços e o julgamento final do certame **serão realizados exclusivamente com base**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

nos critérios especificados no instrumento convocatório; [...]

XIV - será desclassificado o licitante que descumprir o disposto nos incisos XII e XIII³ deste artigo e demais disposições do instrumento convocatório.

Art. 11. Os invólucros com as propostas técnicas e de preços serão entregues à comissão permanente ou especial na data, local e horário determinados no instrumento convocatório. [...]

§ 4º O processamento e o julgamento da licitação obedecerão ao seguinte procedimento: [...]

III - análise individualizada e julgamento do plano de comunicação publicitária, **desclassificando-se as que desatenderem as exigências legais ou estabelecidas no instrumento convocatório**, observado o disposto no inciso XIV do art. 6º desta Lei;

21. Convém enfatizar que, conforme se observa no excerto transcrito acima, em momento algum pretendeu-se questionar o mérito da análise realizada pela Subcomissão Técnica. Não se mostra pertinente a esta unidade técnica julgar se a formatação de determinada proposta (folha A3, paginação, limite de páginas) permitiria a identificação da licitante e acarretaria na infração a dispositivos do edital.

22. Com efeito, o que se aponta como impropriedade é o fato de que, apesar de a Subcomissão Técnica ter atestado, no campo "Observações relevantes" do "Relatório de Justificativas - Invólucro 1" (fls. 235/245 - peça 12), que diversas propostas estavam em desacordo com itens do edital (vide tabela transcrita no § 20), licitante alguma foi desclassificada em virtude desses descumprimentos⁴.

³ XII - será vedada a aposição, a qualquer parte da via não identificada do plano de comunicação publicitária, de marca, sinal ou palavra que possibilite a identificação do seu proponente antes da abertura do invólucro de que trata o § 2º do art. 9º desta Lei;

XIII - será vedada a aposição ao invólucro destinado às informações de que trata o art. 8º desta Lei, assim como dos documentos nele contidos, de informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do plano de comunicação publicitária, em qualquer momento anterior à abertura dos invólucros de que trata o § 2º do art. 9º desta Lei;

⁴ O critério utilizado para posteriormente desclassificar algumas licitantes foi unicamente o relacionado ao alcance da nota mínima de 70 pontos (item 11.18.b do edital).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

23. Não houve registro, na ata de reunião da Comissão Permanente de Licitação, acerca das "observações relevantes" apontadas pela Subcomissão Técnica, incluída aí a de que o material apresentado pela empresa vencedora do certame estava em desacordo com o item 10.5, alínea c, do edital.

24. Essa situação evidencia a irregularidade ocorrida, caracterizada pela violação, por parte da jurisdicionada, ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (itens 11.18, alínea "a", 18.1, 18.6 e 18.25) e aos arts. 6º, incisos VI e XIV, e 11, § 4º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010⁵.

25. Nessa seara, os argumentos apresentados pela C.C.Z. que buscaram demonstrar que sua proposta atendia aos critérios editalícios não merecem acolhida, tampouco sua pretensão em mitigar a aplicação do princípio da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório.

(...)

DAS SUGESTÕES

31. Diante do exposto, sugere-se ao Egrégio Tribunal que:

I. tome conhecimento dos esclarecimentos prestados pela empresa C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda. à peça 48;

II. considere parcialmente procedente a representação de peça 3;

III. determine à BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A. que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o resultado da Primeira Sessão da Concorrência Pública nº 002/2016, ante a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (itens 11.18, alínea "a", 18.1, 18.6 e 18.25) e aos arts. 6º, incisos VI e XIV, e 11, § 4º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010, bem como todos os atos decorrentes desse resultado, informando ao Tribunal as providências adotadas, no mesmo prazo;

⁵ Em síntese, esses dispositivos dispõem que (a) o julgamento das propostas técnicas deve ser efetuado exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital e que (b) as propostas que não atenderem às exigências do edital e de seus anexos devem ser desclassificadas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

IV. autorize:

- a) a ciência da decisão que vier a ser proferida às interessadas nos autos (BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A.; CCA Comunicação e Propaganda Ltda.; e C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda);*
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins. "*

O Ministério Público de Contas, consoante o Parecer nº 884/2017-MF (peça 68), da lavra do ilustre Procurador **Marcos Felipe Pinheiro Lima**, aquiesce às conclusões da Instrução.

É o relatório.

V O T O

Na presente fase processual, examina-se o mérito da Representação ofertada pela empresa **CCA Comunicação e Propaganda Ltda.**, em face da Concorrência nº 002/2016, lançada pela **BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A**, para a contratação de serviços de publicidade e propaganda.

A Representante sustenta que o certame apresenta irregularidades concernentes à legalidade, transparência e isonomia, tendo em conta as seguintes alegações, na forma sintetizada pela Unidade Técnica:

- "a) Violação ao item 8.6 do edital pela primeira proposta classificada. Apresentação de mídia identificada no Envelope 1;*
- b) Violação ao item 10.5, alínea "c" do edital pela primeira proposta classificada. Inobservância às regras de apresentação do Invólucro nº 1;*
- c) Violação ao briefing previsto no edital;*
- d) Apresentação de peça em formato diferente do exigido no Manual da Identidade Visual da Marca do BRB."*

Em primeira análise, tendo em conta as justificativas ofertadas pela Jurisdicionada, apresentei Voto acompanhando as conclusões da Unidade Técnica, no sentido de considerar improcedentes as alegações referidas nas alíneas 'a', 'c' e 'd' supra e procedente quanto à alegação tratada na alínea 'b'.

Preliminarmente, nos termos da Decisão nº 2.169/2017, esta Corte autorizou a suspensão cautelar do certame e o chamamento da empresa **C.C.Z.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Publicidade e Marketing Ltda., vencedora do certame, para manifestação acerca dos fatos narrados na exordial.

Desta feita, a Unidade Técnica entende que os argumentos trazidos pela citada empresa não merecem prosperar. Por isso, reafirma entendimento anterior no sentido de que a Representação em exame é parcialmente procedente, uma vez que resta configurada a violação ao item 10.5, alínea “c”, do Edital de Concorrência Pública nº 002/2016 pela proposta classificada em primeiro lugar, sem a consequente desclassificação da licitante.

A Instrução acrescenta ainda que “... em decorrência de uma análise aprofundada do certame, constatou-se a inobservância de itens editalícios (11.18, alínea “a”, 18.1, 18.6 e 18.25) e dos arts. 6º, incisos VI e XIV, e 11, § 4º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010, por parte da BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A., uma vez que diversas propostas infringiram disposições editalícias, sem que com isso tivessem sido desclassificadas (§§ 20/24) .

Assim, ao final, sugere que esta colenda Corte “... considere parcialmente procedente a inicial e, com fulcro no inciso X do art. 1º da Lei Complementar nº 01/1994, estabeleça prazo para que a jurisdicionada adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei no sentido de anular o resultado da Primeira Sessão da Concorrência Pública nº 002/2016.”

No mesmo sentido, opina o douto *Parquet*, consoante o Parecer da lavra do ilustre Procurador **Marcos Felipe Pinheiro Lima**.

Compulsando os autos, não encontro elementos que me afastem dessas conclusões. Em decorrência, reafirmo os termos do Voto apresentado na Sessão Ordinária 11/05/2017, que transcrevo para apreciação desta Corte:

No tocante à **Violação ao item 8.6 do Edital pela primeira proposta classificada - Apresentação de mídia identificada no Envelope 1**, a Representante assevera que houve identificação no invólucro com o nome “Track 01” pela licitante **C.C.Z. PUBLICIDADE e MARKETING LTDA.**

A jurisdicionada, por seu turno, esclarece que os invólucros foram abertos na presença dos licitantes e que a suposta identificação de mídia como “Track 01”, refere-se ao termo de ordem técnica do sistema Windows, o que não configuraria a identificação da proponente. Acrescenta que todas as licitantes apresentaram nomes no CD ou nomenclaturas nas mídias próprias (“CD spot rádio 30”, “music”, “Carrossel”, entre outras), conforme ANEXO 20 da peça 12.

A Unidade Técnica, ao examinar a documentação encaminhada pela jurisdicionada, anota que **não** houve padronização dos nomes dos arquivos gravados em mídia digital. Ademais, destaca trecho da decisão judicial proferida em agravo de instrumento interposto pela



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Representante, após ter sua liminar em Mandado de Segurança indeferida:

“N. 0704665-56.2017.8.07.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO [...] 2. O agravo ataca a r. decisão de indeferimento da liminar requerida em mandado de segurança, a fim de que fosse determinada a suspensão da Concorrência n. 002/2016. [...] Decido. A tutela de urgência deve ser concedida quando houver elementos nos autos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. Em sede preliminar, não vejo evidenciado requisito autorizador da medida liminar reclamada. **A alegação de violação o item 8.6 do edital, ou seja, apresentação de mídia identificada no Invólucro n. 01, não encontra embasamento em prova documental contundente. Ora, a mera utilização do termo “Track 01” No nome de arquivo de mídia não pode ser considerado elemento apto à conclusão de que houve indevida identificação do licitante. Com efeito, essa nomenclatura em arquivos de áudio é utilizada, por padrão, pelo sistema operacional Windows. Ademais, ao que consta, o uso dessa nomenclatura não estava proibido, pois o instrumento convocatório não determina, especificamente, qual o termo deveria ser utilizado no caso. (Diário de Justiça Eletrônico – Dje. Edição nº 76/2017.”
*Disponibilização quarta-feira, 26 de abril de 2016, grifo nosso)***

*A Unidade Técnica entende como improcedente este ponto da representação, vez que **não** é possível afirmar que a denominação “Track 01” seria suficiente para identificar a licitante.*

Acolho o posicionamento da Unidade Técnica.

Inicialmente, convém destacar que a Lei nº 12.232/2010⁶ dispõe sobre o sigilo no que tange à identidade dos proponentes para o exame da proposta técnica a ser realizado por uma subcomissão técnica e não pela comissão de licitação. O sigilo é condição de validade da licitação, nos termos do art. 12 da aludida lei:

“Art. 12. O descumprimento, por parte de agente do órgão ou entidade responsável pela licitação, dos dispositivos desta Lei destinados a garantir o julgamento do plano de comunicação publicitária sem o conhecimento de sua autoria, até a abertura dos invólucros de que trata a alínea a do inciso VII do § 4º do art. 11 desta Lei, implicará a anulação do certame, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa, civil ou criminal dos envolvidos na irregularidade.”

Na espécie, conforme os documentos trazidos aos autos, não é

⁶ Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

possível afirmar que a denominação "Track 01" tenha sido suficiente para identificar a licitante vencedora.

*Dessa forma, em face dos elementos informativos constantes dos autos, **não vislumbro** afronta ao item 8.6 do Edital de Concorrência nº 002/2016, que tem o seguinte teor:*

"8.6 Para preservar – até a abertura do Invólucro n.º 02 – o sigilo quanto à autoria do Plano de Comunicação Publicitária, o Invólucro n.º 01 não poderá:

- a) ter nenhuma identificação;*
- b) apresentar marca, sinal, etiqueta ou outro elemento que possibilite a identificação do licitante;*
- c) estar danificado ou deformado pelas peças, material e ou demais documentos nele acondicionados de modo a possibilitar a identificação do licitante. "*

*Quanto à **Violação ao item 10.5, alínea "c" do Edital pela primeira proposta classificada - Inobservância às regras de apresentação do Invólucro nº 1**, a Representante alega que houve violação ao instrumento convocatório, vez que a licitante C.C.Z. apresentou peça em formato diferente do exigido no Manual de Identidade Visual da Marca do BRB.*

O item 10.5, alínea c, tem o seguinte teor:

10.5 Os subquestos Raciocínio Básico e Estratégia de Comunicação Publicitária poderão ter gráfico e ou tabela, observadas as seguintes regras:

- a) os gráficos ou tabelas poderão ser editados em cores;*
- b) os dados e informações dos quadros e ou tabelas devem ser editados na fonte "Arial", estilo "normal", cor "automático", tamanho "10 pontos";*
- c) as páginas em que estiverem inseridos os gráficos e ou tabelas poderão ser apresentadas em papel A3 dobrado. Nesse caso, para fins do limite previsto no item 10.12, o papel A3 será computado como duas páginas de papel A4.*

A jurisdicionada, entre outros elementos, carrega para os autos a informação do que foi relatado na Ata da 1ª Sessão Pública do certame em foco:

"(...)

Procedeu-se à abertura de todos os invólucros n.º 1, com as vias não identificadas dos planos de comunicação publicitária. Foi franqueado o exame e rubrica dos documentos deles constantes aos representantes eleitos pelos presentes. Não foi lançado nenhum código, sinal, rubrica ou marca nos invólucros abertos e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

nem nos documentos deles integrantes. Sendo alegado pelos representantes eleitos o descrito abaixo: (...)

Uma via não identificada possui paginação dupla nas páginas A3, o que pode permitir a via ser identificada.”

Assevera a jurisdicionada que a Subcomissão Técnica (ST) julgou que “não foi prejudicada a avaliação em prol da concorrência do certame e o item não ocasionou a desclassificação de qualquer concorrente”.

A Unidade Técnica destaca o quanto observado no relatório da ST, conforme fl. 744 da peça 12:

Relatório de Justificativas – Invólucro nº 1 Empresa K

[...]

Observações relevantes: O material apresentado está em desacordo com o item 10.5, alínea ‘c’ do Edital.

A SEACOMP destaca que apesar dessa observação de irregularidade, a Comissão Permanente de Licitação nada registrou sobre o assunto na Ata de Reunião (fls. 170/173), razão pela qual houve prosseguimento do certame com a classificação da proposta apresentada pela C.C.Z. (Agência K).

Ademais, a Unidade Técnica aponta registros que indicam violações editalícias, extraídas do Relatório de Justificativas – Invólucro nº1: (grifei)

Indicação na via não identificada	Licitante	Registro
Empresa A	Fields Comunicação Ltda.	Em cumprimento ao item 10.4, a Subcomissão identificou o uso de negrito. A licitante também está em desacordo com o item 10.27 do Edital.
Empresa B	Agência Plá de Comunicação e Eventos Ltda.	Em observância ao item 10.4 do Edital, a subcomissão identificou a utilização de negritos .

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Empresa C	Área Comunicação Propaganda e Marketing Ltda.	O material apresentado pela empresa está em desacordo com os itens 10.4 e 10.9 do Edital.
Empresa D	Sabbre Agência de Comunicação e Marketing Ltda.	Descumprimento dos itens 10.4, 10.9 e 10.11 do Edital.
Empresa E	SLA Propaganda Ltda.	Descumpriu os itens 10.4, alínea 'h', 10.5, alínea 'c', e 10.28 do Edital.
Empresa F	Fórmula Comunicação Ltda. - EPP	O material apresentado está em desacordo com o item 10.5, alínea 'c', do Edital.
Empresa G	CCA Comunicação e Propaganda Ltda.	Não houve registro.
Empresa H	Binder+FC Comunicação Ltda.	Não houve registro.
Empresa I	Faro Brasil Propaganda Ltda. (AZE/FBR)	Não houve registros.
Empresa J	Fazenda Comunicação e Marketing Eireli	Na Ideia Criativa foram apresentadas 14 peças, mas relatadas 15.
Empresa K	C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda.	O material apresentado está em desacordo com o item 10.5, alínea 'c' do Edital.

*Apesar de a Comissão Permanente de Licitação ter alegado que a decisão de manter a classificação de todas as licitantes foi “pautada na ampla concorrência do certame, na razoabilidade e proporcionalidade”, **houve violação** ao princípio da vinculação ao edital, conforme excertos do Edital em foco a seguir transcritos:*

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

11.18. Será desclassificada a Proposta que:

a) não atender às exigências do presente Edital e de seus



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Anexos;

18 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

18.1. Serão realizadas 04 (quatro) sessões públicas, observados os procedimentos previstos neste Edital e na legislação, das quais **serão lavradas atas circunstanciadas dos atos e fatos dignos de registro**, assinadas pelos membros da Comissão e pelos representantes dos licitantes presentes.

[...]

18.6. **O julgamento das Propostas Técnicas e de Preço e o julgamento final deste certame serão efetuados exclusivamente com base nos critérios especificados neste Edital.**

[...]

Primeira Sessão

18.25. Se alguma Proposta Técnica for desclassificada com base na alínea 'a' do item 11.18 deste Edital, a Subcomissão Técnica atribuirá pontuação a cada quesito ou subquesito da Proposta, conforme as regras previstas neste Edital, e lançará sua pontuação em planilhas que ficarão acondicionadas em envelope fechado e rubricado no fecho pelos membros da Subcomissão Técnica, até que expire o prazo para recursos relativos a essa fase.

Além disso, as irregularidades verificadas vão de encontro a dispositivos da Lei nº 12.232/2010:

Art. 6º [...] VI - **o julgamento das propostas técnicas e de preços e o julgamento final do certame serão realizados exclusivamente com base nos critérios especificados no instrumento convocatório;** [...]

XIV - **será desclassificado o licitante que descumprir o disposto nos incisos XII e XIII⁷ deste artigo e demais disposições do instrumento convocatório.**

Art. 11. Os invólucros com as propostas técnicas e de preços serão entregues à comissão permanente ou especial na data, local e horário determinados no instrumento convocatório. [...]

§ 4º O processamento e o julgamento da licitação obedecerão

⁷ XII - será vedada a aposição, a qualquer parte da via não identificada do plano de comunicação publicitária, de marca, sinal ou palavra que possibilite a identificação do seu proponente antes da abertura do invólucro de que trata o § 2º do art. 9º desta Lei;

XIII - será vedada a aposição ao invólucro destinado às informações de que trata o art. 8º desta Lei, assim como dos documentos nele contidos, de informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que identifique a autoria do plano de comunicação publicitária, em qualquer momento anterior à abertura dos invólucros de que trata o § 2º do art. 9º desta Lei;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

ao seguinte procedimento: [...]

*III - **análise individualizada** e julgamento do plano de comunicação publicitária, **desclassificando-se as que desatenderem as exigências** legais ou **estabelecidas no instrumento convocatório**, observado o disposto no inciso XIV do art. 6º desta Lei;*

Assim sendo, **acolho** o posicionamento da SEACOMP no sentido de se considerar procedente este ponto da Representação.

No tocante à **Violação ao briefing previsto no Edital**, a Representante alega, fundamentalmente, que a proposta técnica apresentada pela licitante **C.C.Z. PUBLICIDADE e MARKETING LTDA.**, não observou ao quanto determinado no briefing do Edital, deixando de enfatizar os diferenciais da Corretora.

A jurisdicionada, por seu turno, ressalta que as informações insertas no briefing constituíram “quesitos destinados a avaliar a capacidade de atendimento do proponente e o nível dos trabalhos por ele realizados”, alegando que a avaliação de atendimento ao briefing não seria um critério de classificação, mas de pontuação dos trabalhos propostos.

Nos termos dos itens 10.17 e 10.25, observa-se que não há a obrigação de atendimento pleno do briefing, sob pena de desclassificação. Há, por outro lado, a disposição de que o Plano de Comunicação Publicitária deve ser elaborado com base no briefing.

“10.17 O Plano de Comunicação Publicitária – Via Não Identificada, composto dos subquesitos Raciocínio Básico, Estratégia de Comunicação Publicitária, Ideia Criativa e Estratégia de Mídia e Não Mídia deverá ser elaborada **com base no Briefing** (Anexo I), observadas as seguintes disposições:

[...]

II. Estratégia de Comunicação Publicitária: apresentação pelo licitante das linhas gerais da proposta para suprir o desafio de comunicação e alcançar os objetivos, geral e específicos, de comunicação relacionados a esse desafio expressos no Briefing, compreendendo:

a) explicitação e defesa do partido temático e do conceito que, de acordo com seu raciocínio básico, devem fundamentar a proposta de solução publicitária; b) explicitação e defesa dos principais pontos da Estratégia de Comunicação Publicitária sugerida, especialmente o que dizer, a quem dizer, como dizer, quando dizer e que meios de divulgação, instrumentos ou ferramentas utilizar.

[...]

10.25 Estratégia de Mídia e Não Mídia - constituída de:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

a) apresentação em que o licitante explicitará e justificará a estratégia e as táticas recomendadas, em consonância com a estratégia de comunicação publicitária por ela sugerida e em função da verba referencial indicada no Briefing, sob a forma de textos, tabelas, gráficos e planilhas; “

Ainda, convém ressaltar excerto da decisão judicial proferida em sede de agravo de instrumento (peça 18):

“N. 0704665-56.2017.8.07.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO [...] Já a alegação de violação ao briefing é questão que se insere, de certa forma, na avaliação da Comissão Licitante, que, no caso, considerou não ter havido infração ao edital que importasse desclassificação do licitante, sendo a questão considerada na avaliação das propostas, melhor pontuando o proponente que “soube apresentar os diferenciais do cliente”. Ao proceder dessa forma, não incorreu a Comissão Licitante em flagrante ilicitude ou irregularidade, até porque, embora indicando elementos a serem observados no briefing, o edital não indica que a mera deficiência do briefing importa automática desclassificação do licitante. (Diário de Justiça Eletrônico – Dje. Edição nº 76/2017. Disponibilização quarta-feira, 26 de abril de 2016)“

Assim, **acolho** o posicionamento da Unidade Técnica no sentido de considerar improcedente este ponto da Representação.

Quanto à **Apresentação de peça em formato diferente do exigido no Manual da Identidade Visual da Marca do BRB**, a Representante alega que a **C.C.Z. PUBLICIDADE e MARKETING LTDA.** apresentou proposta técnica em formato diferente do exigido no Manual da Identidade Visual da Marca do **BRB** e que tal violação restou consignada no Relatório da Subcomissão Técnica.

A jurisdição esclarece que a Subcomissão Técnica - ST, ao se manifestar sobre o assunto, considerou que o formato de peça diferente do indicado pelo Manual de Identidade Visual da Marca caracteriza falha no desenvolvimento da ideia criativa e no seu exercício, considerando pontuação menor para este atributo.

A Unidade Técnica, ao examinar os documentos referentes a este ponto, considera que não assiste razão à Representante, vez que não há previsão editalícia explícita que vincule a apresentação da peça no mesmo formato do referido Manual. De acordo com o Edital em comento, o aludido Manual foi referenciado assim:

“ANEXO I

BRIEFING

[...]

PESQUISAS E OUTRAS INFORMAÇÕES



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Mais informações podem ser obtidas em:

- www.segurosbrb.com.br; e
- *Manual de Identidade Visual e Gestão da Marca BRB, disponibilizado em anexo ao edital.*

Nesse sentido, na multicitada decisão judicial restou consignado:

“N. 0704665-56.2017.8.07.0000 - AGRAVO DE INSTRUMENTO [...] Da mesma forma, em princípio, a simples apresentação de peça em formato diverso do previsto no manual da identidade visual da marca não pode acarretar a exclusão do licitante, máxime quando não existe previsão expressa nesse sentido no edital. Portanto, nada obsta que a padronização do material seja considerada na avaliação das propostas, desde que assegurados os mesmos critérios para os demais proponentes. “

*Dessa forma, **acolho** o posicionamento da Unidade Técnica no sentido de considerar improcedente este ponto da Representação.*

Como se vê, de acordo com Relatório de Justificativas – Invólucro nº1, depreende-se que houve a inobservância de itens do Edital em foco e da legislação aplicável à matéria, respectivamente: itens 11.18, alínea “a”, 18.1, 18.6 e 18.25 e arts. 6º, incisos VI e XIV, e 11, § 4º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010.

No tocante à afirmação feita pela empresa **C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda.** de que a pretensão da Representante de suspender o certame via Mandado de Segurança foi obstada pelo Poder Judiciário, ressalto que na decisão proferida no Processo TJDFT nº 0702505-04.2017.8.07.0018, que indeferiu a medida cautelar pleiteada, o Juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal afirma que não examinou os *“...critérios técnicos utilizados pelos membros da Comissão de Licitação com vistas a estabelecer a ordem de classificação das empresas concorrentes...”*, o que, no caso, coube a este Tribunal de Contas no presente feito.

Assim, configurada a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (itens 11.18, alínea “a”, 18.1, 18.6 e 18.25) e aos arts. 6º, incisos VI e XIV, e 11, § 4º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010, impõe-se à **BRB Administradora e Corretora de Seguros S/A** anular a Concorrência nº 002/2016, nos termos do artigo 49 da Lei nº 8.666/1993.⁸

⁸ Lei nº 8.666/1993:

“Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado. § 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA

Em arremate, o artigo 45 da Lei Complementar nº 01/1994, estabelece que, quando verificada a ilegalidade de ato ou contrato, compete a este Tribunal assinar prazo para a adoção das providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

Ante o exposto, acolhendo as medidas alvitradas pela Unidade Técnica, com as quais concorda o douto *Parquet*, **VOTO** por que o egrégio Plenário:

- I – tome conhecimento dos esclarecimentos prestados pela empresa **C.C.Z. Publicidade e Marketing Ltda.**;
- II – considere, no mérito, parcialmente procedente a Representação formulada pela sociedade empresária **CCA Comunicação e Propaganda Ltda.**
- III – com fulcro no artigo 45 da Lei Complementar nº 01/1994, determine à **BRB Administradora e Corretora de Seguros S.A.** que, no prazo de 30 (trinta) dias, adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, no sentido de anular o resultado da Primeira Sessão da Concorrência Pública nº 002/2016, ante a violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (itens 11.18, alínea “a”, 18.1, 18.6 e 18.25) e aos arts. 6º, incisos VI e XIV, e 11, § 4º, inciso III, da Lei nº 12.232/2010, bem como todos os atos decorrentes desse resultado, observando para tanto as exigências previstas no artigo 49 da Lei nº 8.666/1993, e informe ao Tribunal as providências adotadas, no mesmo prazo;
- IV – autorize:
 - a) a ciência das interessadas; e
 - b) o retorno dos autos à SEACOMP para os devidos fins.

Sala das Sessões, em 19 de outubro de 2017.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA
Conselheiro-Relator

6º

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§ 4º O disposto neste artigo e seus parágrafos aplica-se aos atos do procedimento de dispensa e de inexigibilidade de licitação.”